

A terapia de choque neoliberal e sua expressão no Chile e Brasil¹

Júlia Farias V. Caminha²

Águida Cristina Santos Almeida³

RESUMO

O presente artigo revisa o neoliberalismo como uma reinvenção do liberalismo clássico, desde a sua concepção no Colóquio Walter Lippmann e sua primeira implementação prática no Chile, na década de 1970, sob a ditadura de Pinochet. A partir de uma análise teórica e histórica, o neoliberalismo é apresentado como uma resposta à crise do liberalismo, adotando um intervencionismo estatal que visa criar e manter mercados sob o princípio da competição e submeter todas as instituições e agentes ao modo do funcionamento de mercado, consolidando uma extensa e intensa estrutura de concorrência social. O estudo destaca como, no Chile, essas ideias foram aplicadas de forma sistemática dentro de um modelo autoritário, transformando profundamente a economia e as instituições políticas do país, e servindo de modelo para a expansão global do neoliberalismo, enquanto no Brasil o modelo também foi sendo implementado de forma particular, porém em um regime de democracia política.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Chile. Brasil. Intervencionismo.

¹ Trabalho escrito no âmbito da atuação no Programa de Educação Tutorial - PET, do curso de Ciências econômicas da Universidade Federal de Campina Grande, no ano de 2024.

² Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande, integrante do PET-Economia. Email: juliafariasvc@gmail.com

³ Professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande, tutora do PET-Economia. No presente trabalho atuou como orientadora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Introdução

Vive-se hoje a era em que o neoliberalismo se tornou a força hegemônica que norteia as políticas econômicas das mais diversas nações do mundo e, embora no século XXI se constate a absoluta vitória ideológica dessa ordem, não foi sempre assim. Durante um período do século XX a doutrina liberal foi dada por muitos como superada, em especial da crise de 1929 em diante. Sobretudo dos anos 1930 em diante, a ideologia liberal enquanto uma teoria sobre mercados livres e autorregulados não explicava as crises frequentes e a miséria do desemprego na qual viviam os trabalhadores no mundo capitalista. Além do mais, havia dentro da doutrina liberal uma crise interna entre dois tipos conflitantes de liberalismo, o tipo dos reformistas sociais, defendendo um ideal de bem comum, e o tipo dos defensores da liberdade individual acima da liberdade coletiva.

Pierre Dardot e Christian Laval em sua obra “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” toma emprestada uma terminologia utilizada bastante pelo filósofo e historiador Michel Foucault e descreve que a crise do liberalismo, na verdade, pode ser entendida como a crise da governamentalidade liberal, ou seja, argumentam que a crise possui como centralidade a questão da ingerência/ação política do Estado no espaço econômico e social e, de forma intrinsecamente conectada, a falta de uma justificativa doutrinária para essa interferência política.

Assim sendo, a contínua e crescente necessidade nas sociedades capitalistas de uma maior intervenção governamental devido às transformações organizacionais dos mercados, do acirramento das lutas de classes e do novo contexto internacional, tornou necessária uma revisão teórica do liberalismo dogmático, pressionada ainda pelas respostas históricas advindas das experiências socialista e fascista, como bem traz Polanyi (2000), na famosa obra “A grande transformação”. Nesse contexto, fez-se necessário uma reinvenção teórica do liberalismo, e é exatamente isso que os idealizadores do neoliberalismo se propuseram a fazer.

Nesse breve artigo, o objetivo é fazer uma revisão teórica sobre o neoliberalismo, em especial o definindo enquanto uma reinvenção do liberalismo clássico a partir do Colóquio Walter Lippmann, em 1938, assim como realizar uma revisão de como a doutrina neoliberal foi imposta em sua primeira experiência real, no Chile, e também no Brasil, e seus impactos na ampliação da ideologia neoliberal como hegemonia para o século XXI.

Metodologia

O objetivo geral desta revisão bibliográfica é realizar uma análise da dinâmica de implementação da doutrina neoliberal no Chile e no Brasil e os mecanismos de permanência da estrutura econômica periférica dessas economias latinas. Assim como, objetiva especificamente fazer uma definição objetiva do que se configura o neoliberalismo, ou seja, enquanto uma reinvenção do liberalismo clássico, e observar as dinâmicas econômicas a partir da hegemonia neoliberal.

Desse modo, procura-se compreender como o neoliberalismo conseguiu se instaurar nas mais diversas economias e se manter até o presente. A hipótese lançada é a simples ideia de que a doutrina neoliberal se constrói enquanto uma reinvenção do liberalismo, a partir da elaboração de um tipo de intervencionismo estatal puramente liberal, se desvencilhando do problema da governamentalidade liberal e a utilizando para manter e intensificar as estruturas de mercado já existentes, tal qual criar novos mercados a fim de alcançar novos espaços de acumulação.

A escrita e elaboração desse artigo se justifica, portanto, na importância de fazer uma análise do neoliberalismo confrontando sua teorização e a prática de suas políticas econômicas, em especial sua inovadora forma de intervenção governamental. Para esse fim, foi utilizada toda uma literatura voltada para o objeto que se propõe analisar.

1. Conceituando o Neoliberalismo

Segundo Dardot e Laval (2016) a crise liberal teve como um de seus sintomas o desenvolvimento de correntes políticas que visavam como necessidade política um reformismo social. Desse modo, então, o neoliberalismo floresce como uma resposta antagonista a esse movimento. Mais do que isso também, Duménil e Lévy (2020) compreendem o fenômeno enquanto a retomada de uma ordem social cujo objetivo foi a restauração do poder e da renda das classes altas.

Há dois momentos indispensáveis para a formação político-ideológica da construção da racionalidade e do projeto neoliberal, são eles o Colóquio de Walter Lippmann, realizado em Paris em agosto de 1938, e a criação da sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, enquanto um prolongamento do movimento neoliberal iniciado no Colóquio. O Colóquio de Walter Lippmann é defendido pelos autores como o momento de nascimento do neoliberalismo e

como uma primeira tentativa de uma organização internacional neoliberal focada no trabalho intelectual de refundação da doutrina que ao longo do tempo foi se espalhando em outros ambientes como a Comissão trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos.

Uma das importâncias reveladas durante o Colóquio foi a existência de diferentes construções ideológicas da nova corrente, ou seja, o desejo e o reconhecimento compartilhado acerca da necessidade da reconstrução teórica liberal, não significando dizer que essa refundação partiria, para todos os envolvidos, dos mesmos diagnósticos sobre as razões da decadência liberal e tão pouco que ofereceriam os mesmos remédios para solucionar o problema. Portanto, logo de início o Colóquio Walter Lippmann demonstra que há divergências entre aqueles que desejam a criação do front neoliberal. O mais importante, porém, que foi revelado no Colóquio foi a teorização de um intervencionismo fundamentalmente liberal como uma necessidade histórica desse liberalismo moderno.

O Colóquio foi organizado pelo filósofo Louis Rougier que fez da reunião uma dupla ocasião, o lançamento da tradução francesa do livro *La cité libre* de Walter Lippmann e sua presença em Paris. Rougier (apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 74) entende a obra de Lippmann como um manifesto de reconstrução da doutrina liberal. Para ele, não pode haver uma retomada liberal sem que haja uma refundação teórica da doutrina que transforme a política liberal de uma passividade estéril, confundida com *laissez-faire*, para uma política liberal ativa. Rougier pretende com o Colóquio unificar um movimento intelectual disperso através de uma identidade liberal que não se reconhece com o *laissez-faire* e que atesta a sociedade econômica enquanto uma sociedade fundada e regida por um quadro legal constituído pela criação de um intervencionismo jurídico do Estado.

Entretanto, algumas divergências entre os pensadores presentes nesse movimento de renovação não são superáveis no contexto do Colóquio, emergindo portanto duas linhas principais que vigoram na busca da compreensão e de soluções à crise liberal. A primeira linha defendida por Lionel Robbins, Jacques Rueff, Von Mises e Hayek é considerada mais conservadora em relação à doutrina liberal e defende que a responsabilidade para o caos instaurado na sociedade capitalista se deve à traição sistemática aos princípios do liberalismo clássico (apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 77). Para eles, embora a doutrina do *laissez-faire* deva ser renovada, mais importante é defendê-la dos intervencionistas do Estado.

O postulado desses autores, que encontramos também em Von Mises ou Hayek, é que a intervenção política é um processo cumulativo. Uma vez iniciada, leva necessariamente à coletivização total da economia e ao regime policial autoritário,

já que é preciso adaptar os comportamentos individuais aos mandamentos absolutos do programa de gestão autoritária da economia. A conclusão é clara: não se pode falar de falência do liberalismo, porque foi a política intervencionista que gerou a crise. O mecanismo de preços, quando funciona livremente, resolve todos os problemas de coordenação das decisões dos agentes econômicos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.77)

Por outro lado, para a segunda linha, defendida por Rougier, Lippmann e pensadores ordoliberais alemães, a razão da crise da ideologia liberal se encontra em elementos endógenos da própria doutrina clássica e, por isso, ela deve ser refundada de forma integral e privilegiar a prática do “intervencionismo liberal”, termo utilizado por Von Rustow e Henri Truchy (apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 76).

É nesta segunda linha que então se sustenta a força majoritária que define o Colóquio, redefinindo o liberalismo e desenvolvendo o neoliberalismo sob uma perspectiva epistemológica de Rougier e pela importância da construção jurídica na economia, encabeçada por Lippmann. Segundo Dardot e Laval, Rougier defende um liberalismo ativo na

[...] construção consciente de uma ordem legal no interior da qual a iniciativa privada, submetida à concorrência, possa desenvolver-se com toda a liberdade. Esse intervencionismo *jurídico* do Estado contrapõe-se a um intervencionismo *administrativo*, que estorva ou impede a liberdade de ação das empresas. O quadro legal, ao contrário da gestão autoritária da economia, deve deixar que o consumidor arbitre no mercado entre os produtores concorrentes (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 80).

A grande diferença aqui reside na negação neoliberal da doutrina clássica da ordem naturalística do mercado, que acabava levando a posições conservadoras e ineficientes por parte dos liberais, já que qualquer intervenção era vista como uma ofensa e desrespeito à legítima natureza dos mercados. A vista disto, a “novidade do neoliberalismo ‘reinventado’ reside no fato de se poder pensar a ordem de mercado como uma ordem construída, e com isso estabelecer condições de construir um verdadeiro programa político (uma ‘agenda’) visando o seu estabelecimento e sua conservação permanente” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 82).

Lippmann, ao se distanciar do liberalismo clássico demonstra que os liberais foram incapazes de compreender a dimensão institucional da economia de mercado e de toda a organização social de que esta carece, e resgata a ideia de governamentalidade de Bentham (Walter Lippmann, *La cité libre* apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 83). Para ele, o não reconhecimento do trabalho da criação jurídica e a necessidade de seu desenvolvimento ativo

e progressivo é o erro inaugural que se encontra no princípio da retórica de denúncia da intervenção do Estado.

Para os neoliberais faz-se necessária uma nova agenda política que combine a herança do concorrencialismo social e a promoção da ação do Estado ao erguimento dessa estrutura social concorrencial. Para isso é necessário que o intervencionismo do Estado seja essencialmente jurídico e que resistam às intervenções que venham a deturpar a concorrência social, sobretudo aquelas ligadas à promoção do Estado social, absolutamente rechaçado dentro dessa nova ordem, de maneira que os indivíduos sejam totalmente responsabilizados em suas condutas e escolhas e, por outro lado, o Estado seja desresponsabilizado para com a sociedade. Como o capitalismo concorrencial não advém de uma ordem natural é necessário vigilância e regulação constantes, esse é o objetivo da doutrina neoliberal.

2- O neoliberalismo no Chile e no Brasil

Gérard Duménil e Dominique Lévy (2020) chamam atenção para o componente adaptacional do neoliberalismo, pois ao observar suas experiências reais, em cada país no qual a nova ordem social foi implementada, constatou-se a imposição de novas disciplinas aos trabalhadores. Desse modo, é esta característica adaptativa que garante a essa nova hegemonia de modelo se impregnar nos mais diversos territórios, sejam estes territórios de estrutura capitalista central ou sejam eles de capitalismo dependente/periférico.

Ademais, sendo o implemento neoliberal fruto da crise estrutural capitalista e, por conseguinte, fruto da crise das ideologias que sustentavam o antigo modelo de gestão da ordem posta, a do liberalismo econômico, tampouco foi empecilho os diferentes regimes políticos que dominavam as economias, nas quais o neoliberalismo se infiltrou violentamente. Exemplos claros do que é dito são os distintos modos políticos utilizados na adoção dos regimes neoliberais no Chile e no Brasil, sendo a política neoliberal Chilena imposta sob um violento regime ditatorial militar, que depôs um governo democraticamente eleito; enquanto no Brasil a doutrina neoliberal foi encabeçada ao fim do regime ditatorial militar e incrementada sob um sistema de democracia burguesa, logo após a dissolução do período autoritário anterior.

A obra “A escolha pela guerra civil: Uma outra história do neoliberalismo” enxerga o Chile como a primeira contrarrevolução neoliberal do mundo, assim como a representação de uma vitória estratégica do imperialismo estadunidense. A defesa dessa narrativa se dá pelo

intenso boicote das economias internacionais, lideradas pela norte-americana, às políticas implementadas por Salvador Allende, em especial às políticas de nacionalização do cobre e a expropriação de importantes oligopólios bancários, nacionais e transnacionais, e de telefonia que tiveram a propriedade transferida ao Estado (LIRA, 2010), durante sua estadia na presidência da república chilena, nos anos entre 1970 a 1973, quando foi deposto por um golpe de Estado liderado pelo General Augusto Pinochet, o qual foi ativamente apoiado pelo presidente Norte-americano Richard Nixon, pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA e pela Operação Condor.

O Brasil, por outro lado, foi o último país da América Latina a implementar o projeto neoliberal devendo-se a isso a enorme dificuldade de combinar os interesses de diversas frações do capital presentes ao final do falido Modelo de Substituição de Importações e pelo intenso trabalho político desenvolvido pelas classes trabalhadores na década de 1980, culminando com o fim do regime ditatorial até ali presente, assim como na formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Partido dos Trabalhadores (PT) e, na realização de cinco grandes greves gerais de 1983 a 1989 (Filgueiras, 2006; Pinto, 2021).

Entretanto, para Filgueiras (2006), o fim da espera pela gestão neoliberal se deu, em parte, justamente pela incapacidade desses movimentos de massa se tornarem hegemônicos ao projeto nacional e, ameaçando o poderio das classes dominantes, terminaram por possibilitar a união das frações do capital em um projeto político neoliberal, colocado à frente pela gestão do Fernando Collor em 1989, em vistas a se proteger e proteger o poder político que estava em suas mãos.

A demora do projeto neoliberal se impor, no interior das classes dominantes, foi devido à complexidade da estrutura produtiva do país. Nesse âmbito, a contradição fundamental se referia, sobretudo, ao processo de abertura comercial – que atingia de forma bastante diferenciada os diversos ramos de produção industrial e agro-industrial –, em particular, a disputa se dava em torno do ritmo e amplitude que a abertura deveria assumir. Essa contradição se expressou, conjuntamente, na seguinte disjuntiva: a abertura deveria ser utilizada como instrumento de combate à inflação (como de fato ocorreu) ou, alternativamente, deveria se constituir, através de uma política industrial ativa, num instrumento de modernização e aumento da competitividade da estrutura produtiva do país (como pleiteava, majoritariamente, o empresariado industrial) (Filgueiras, 2006, p.185)

Por mais diferentes que sejam as conjunturas específicas de cada território da latino-américa, Leite (2015), em seu artigo intitulado “Crise estrutural do capital e neoliberalismo

no Chile: retomada da acumulação do capital via espoliação”, mostra que sob a perspectiva de Chesnais a crise mundial do modelo de acumulação fordista-keynesiano é essencial para compreender o porquê da imposição das políticas neoliberais pelos mecanismos internacionais aos países latinos. Isto é, isso se deu na intenção de superar a crise de superacumulação e ingressar nos anos 1980 a uma nova fase de acumulação do capitalismo em escala global, em que a saída à crise é seguida por revoluções na técnica e na organização das empresas, garantindo uma transformação das instituições do capitalismo.

Ainda no seu estudo, Leite (2015) explica que David Harvey, em *A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças culturais* de 1992, também associa as transformações geradas entre os anos de 1965-1973 nos países avançados, dado o modelo de produção fordista e a insuficiência do keynesianismo de formular soluções às contradições inerentes ao capitalismo, com às resistências do mundo do trabalho, tornando insustentável a crise estrutural do pacto fordismo-keynesianismo e a saída dessa instabilidade se dando através de uma contrarreforma do Estado - para Estado neoliberal - e a transição a um modelo de *acumulação flexível*. Esse modelo caracteriza-se segundo ele por

[...] flexibilidad de los procesos de trabajo, de los mercados de trabajo, de los productos y padrones de consumo. Se caracteriza por el surgimiento de sectores de producción enteramente nuevos, nuevas maneras de abastecimiento de servicios financieros, nuevos mercados y, sobre todo, tasas altamente intensificadas de innovación comercial, tecnológica y organizacional (HARVEY, 1992, p. 140 apud Leite, 2015).

Desse modo, essas mudanças abruptas transformaram os padrões de desenvolvimento desigual e aumentaram o controle sobre o trabalho com o aumento das taxas de desemprego, diminuição dos salários e a elevação da extração de mais-valia. Portanto, para Leite (2015), Harvey aponta uma tendência geral dessa acumulação flexível em produzir altos níveis de desemprego, rápida destruição e reconstrução de habilidades, e retrocesso do poder sindical, políticas antes comuns no regime fordista.

Chesnais em *A finança mundializada* de 2005 (apud, Leite, 2015) chama atenção ao fato da queda das taxas de lucro dos países centrais, fruto da crise capitalista estrutural, se desenvolver através de profundas transformações técnico-organizacionais e da explosão dos mecanismos monetários e financeiros, sendo vendida uma imagem de que a resolução da crise viria de um progresso da gestão e inovação de novas tecnologias de comunicações e informação que conduziram a uma maior eficiência da produtividade do capital. O

neoliberalismo, então, se coloca enquanto uma resposta à crise, abrindo novos espaços lucrativos para a expansão do capital, em especial, através da expropriação, iniciando um violento levante de privatizações e fortalecendo o mercado financeiro.

No Chile, o golpe de Estado se revela como uma reação de uma elite burguesa ultraconservadora nacional comandada por Washington para barrar as reformas sociais, como a reforma agrária e o intenso projeto de nacionalizações, e, em contrapartida iniciar um processo de privatizações e abrir novos espaços de acumulação e expansão do império. Nesse sentido, o poder e o papel do Estado não podem ser excluídos da análise, já que o cenário só pode se desenvolver a partir dele.

La colaboración del estado, para el impulso y mantención de estos procesos de acumulación y retomada de capital es fundamental, que en la actualidad combina el uso monopólico de la violencia con complejos métodos ideológicos de creación de consenso y aceptación de la orden. Mas la acción del estado no se limita solo a regular y mantener bajo control las relaciones y luchas de clase, sino también ejerce un papel fundamental para estabilizar el mercado y mantener la acumulación, así como establecer y garantizar el respeto político-jurídico de las bases del modelo, como la propiedad privada y la mantención de la relación capital-trabajo. (Leite, 2015, p.6)

É importante salientar que, embora não se possa falar de modelo fordista enquanto um modelo dominante na América Latina “la reestructuración económica y política mundial como respuesta a la profunda recesión de la década del 70`, comandada por Washington, establece mandatos para el tercer mundo alineados a los intereses globales en expansión los cuales formarían una nueva fisionomía política, económica y cultural caracterizada por la expansión del capital financiero” (Leite, 2015, p.12)

No Brasil, a vitória do projeto neoliberal expressou e estimulou ao mesmo tempo o processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento dentro do bloco dominante, exprimindo também a enorme fragilidade econômica do Estado e sua dependência crescente dos fluxos internacionais de capitais. Nesse momento, os inúmeros conflitos de interesses das frações de capitais que ajudaram a retardar a instauração do dogma neoliberal na economia brasileira, se “apaziguaram” com a vitória e consolidação dos grandes blocos financeiros internacionais, dos grandes grupos financeiros nacionais que conseguiram sobreviver, e do grande capital produtivo transnacional, os quais conseguiram se estruturar enquanto blocos dominantes e hegemônicos nessa nova configuração de classe hegemônica. (Filgueiras, 2006).

É interessante pontuar que diferentemente da experiência chilena, enquanto um neoliberalismo absolutamente impositivo, no Brasil, essa nova gestão teve forte apoio das classes médias altas, isso, pois, “embora não contemple organicamente os interesses das classes trabalhadoras, o seu discurso doutrinário tem se afirmado de forma ampla na sociedade – conseguindo apoio e concordância para a sua pregação privatizante, em especial contra os gastos excessivos do Estado e os privilégios dos funcionários públicos –, evidenciando, assim, um novo domínio ideológico da burguesia no Brasil” (Boito, apud Filgueiras, 2006, p. 185).

A abertura comercial e financeira – demandada pelos capitais financeiros nacionais e internacionais e por grupos vinculados à exportação/importação de bens e serviços–, juntamente com a reestruturação do Estado, foi fundamental na redefinição das relações estabelecidas pelas diversas frações do capital, entre si e com as classes trabalhadoras e o Estado, implicando o fortalecimento dos capitais internacionais e dos grandes grupos nacionais – que conseguiram se transnacionalizar e se financeirizar organicamente. (Filgueiras, 2006, p. 185-186).

Findando, é relevante ressaltar as diferenças entre o Chile e o Brasil em relação a sua imposição neoliberal. No Chile, por ser vítima de um processo ditatorial violento, houve o estabelecimento da doutrina neoliberal a partir da revogação da Constituição vigente e a outorgação de uma nova Constituição visceralmente neoliberal, elaborada e aprovada por uma junta militar, a fim de não deixar espaço de mudança político-econômica ao futuro chileno, na medida em que o regime fosse superado. Por outro lado, no Brasil as coisas foram feitas de maneira diferente, pois no Brasil tinha-se aprovado uma Constituição cidadã em 1988, que apesar de atacada, se manteve como instrumento de resistência e conflitando em totalidade com a proposta e receituário neoliberal. Desse modo, o neoliberalismo se infiltrou na política constituinte na gana de neutralizá-la e cravar nela sua doutrina, tentando expurgar seu caráter progressista, e por isso esse conflito entre as políticas e práticas neoliberais e a consolidação do texto constitucional de 1988 permanece até o presente.

Conclusão

Tendo em vista a atual hegemonia do pensamento e das políticas neoliberais na sociedade, assim como a mutação da doutrina liberal clássica para garantir a continuação do projeto de poder das classes dominantes, esse artigo se propôs a fazer uma revisão

bibliográfica sobre a criação e o desenvolvimento dessa nova ordem político-econômica em termos teóricos, a partir dos debates realizados e iniciados no Colóquio Walter Lippmann e seu reflexo nos territórios do Chile e do Brasil. Desse modo, o neoliberalismo se coloca como uma resposta à crise do liberalismo, crise esta derivada da própria crise estrutural do capitalismo, colocando um novo regime de austeridade e de gestão governamental que detém uma característica inovadora do ponto de vista doutrinal, um intervencionismo puramente liberal, ou seja, uma forma de utilizar o Estado e suas ferramentas de controle para garantir, ampliar e criar uma estrutura de concorrência social e mercados lucrativos.

A doutrina neoliberal se espalhou pelo mundo, a América Latina não ficou de fora. O Chile e o Brasil são exemplos claros da capacidade adaptativa e violenta do neoliberalismo de se infiltrar e dominar espaços, moldar instituições e as subjetividades, portanto, suas experiências foram analisadas de forma inicial de acordo com a capacidade de estudo obtido e descreveram uma forte diferenciação das experiências, sendo o Chile a primeira experiência neoliberal do mundo, tendo sido imposta para si um golpe de Estado e uma constituição impostora, elaborada por uma junta militar criada na ditadura de Pinochet; enquanto no Brasil, tem-se o último território da América Latina a ser dominado pelo neoliberalismo e sua infiltração indo na contramão de uma recém promulgada Constituição cidadã, a qual foi aprovada em 1988.

Referências

SAAD FILHO, Alfredo (org.). **Dicionário de economia política marxista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. cap. 42, p.372-380.

ARAÚJO, V. L.; MATTOS, F. A. M (Org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre. et al. **A Escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY Dominique. **Neoliberalismo**. In: FINE, Ben; SAAD FILHO,

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales**

y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

LEITE, Sérgio Antônio. Crise estrutural do capital e neoliberalismo no Chile: retomada da acumulação do capital via espoliação. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 15 n. 1, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18312/9535>. Acesso em: 01 dez. 2024.

LIRA, Francisco Roberto. Do socialismo ao neoliberalismo: **O Chile dos anos 1970**. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.3, n. 6, agosto 2010. Disponível em: <https://www.bomjesus.br/galeria/getImage/1/261427454798353.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

PINTO, Eduardo Costa. **Nova república (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo**. In: ARAÚJO, V. L; MATTOS, F. A. M (Org.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações. São Paulo: Hucitec, 2021.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução Fanny Wrobel. 14ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.